

CIMI-MS. DOURADOS
 FONTE: CORREIO DO ESTADO
 DATA: 30/03/93 PÁG. 08
 CIDADE: CAMPO GRANDE/MS

308

Acusações marcam depoimento de fazendeiro

Depois de mais de 10h de julgamento poucas eram as pessoas que acreditavam na condenação do fazendeiro Líbero Monteiro, acusado de ser o mandante do assassinato do líder indígena Marçal de Souza. A hipótese da condenação foi afastada pelos familiares da vítima e pelos próprios assistentes de acusação. O réu é considerado "poderoso" na região, onde desfruta de grande "influência".

O aparato de segurança montado para o julgamento envolve mais de 120 policiais, entre PMs e federais. Os militares vieram de Campo Grande e Dourados e atuaram sob a responsabilidade do tenente-coronel Carlos Emílio Ouro Preto, comandante da Ronda Ostensiva Tática Metropolitana — Rotam. O prédio da Câmara Municipal foi sitiado pela polícia e as rondas na região eram feitas a pé e a cavalo.

A rotina da cidade praticamente não mudou com o julgamento. Os jornalistas estrangeiros e da grande imprensa nacional, aguardados para acompanhar o caso, não apareceram. Também não chegaram a Ponta Porã representantes de instituições nacionais e estrangeiras. Apenas algumas caravanas deslocaram-se da Capital e de Dourados.

O índio guarani-âhandeva Lázaro Morel, foi apontado pelo fazendeiro Líbero Monteiro como sendo o mandante do assassinato. Segundo a acusação, o suspeito teria cometido o crime em virtude da disputa que travava com Marçal pela liderança da aldeia Campestre. Pouco antes da morte do líder indígena, Lázaro teria matado um outro índio.

de provas mais contundentes que demonstrem de fato uma ligação entre o fazendeiro e a morte de Marçal de Souza.

Um dos advogados de acusação, Maucier Paulletti, insistiu na possibilidade de que fatos novos pudessem interferir no rumo do julgamento. "Temos informações que o Rômulo Gamarra (acusado de ser o executor) poderá se apresentar", revelou confiante. A possibilidade foi descartada pelo delegado da Polícia Federal, Eustáquio Louzada. "O Gamarra está vivo, provavelmente no Paraguai, mas ele não deve se apresentar".

Outra versão ainda mais surpreendente era de que o advogado de defesa, Renê Siufi, apresentaria um documento "bomba": a certidão de óbito do próprio Gamarra. "Isto é delírio, não tem o menor fundamento", sustentava Siufi que convocou seu próprio filho, estagiário de Direito, Renê Siufi, para auxiliá-lo.

Renê, um comunista de carteirinha (é filiado ao PPS), diz que vai conseguir provar a inocência de Líbero. "Ele é um merro bode expiatório. Não há nos autos nada que comprove seu envolvimento com o crime". Ele contesta até mesmo o exame de balística, prova mais contundente da participação de Rômulo Gamarra na execução de Marçal. "Vou demonstrar que este exame não tem a menor fundamentação técnica".

Siufi, além de inocentar o fa-



**P o n t a
 Porã (Do Cor-
 respondente e
 Do Enviado
 Especial) —**

No início da noite, mesmo os advogados que atuaram como assistentes de acusação, passando pelos próprios familiares de Marçal de Souza, não acreditavam que o fazendeiro Líbero

Monteiro iria deixar o banco dos réus condenado pelo júri popular. "Ele é muito poderoso, tem influência", admitia Edna de Souza, uma das filhas de Marçal, minutos antes de entrar na Câmara Municipal.

Além da influência da família Monteiro — o pai de Líbero foi até presidente da Câmara de Ponta Porã — o pessimismo da acusação toma como base as próprias falhas do inquérito, a falta





Libero disse que assassinato foi cometido por Lázaro Morel

zendeiro, diz que vai demonstrar que Gamarra não foi um dos executores. "O próprio inquérito da Polícia Federal traz elementos que podem levar ao verdadeiro assassino". Ele acha que Marçal foi vítima de conflitos pela disputa de poder dentro da aldeia Campestre, onde acabou sendo morto.

Siufi se diz um defensor dos direitos dos índios. Ele lembra que quando era presidente da OAB — subsecção de Mato Grosso do Sul — promoveu um painel para debater as questões indígenas. Dentre os convidados, Marçal de Souza. "Não tenho nenhum constrangimento

em atuar neste caso. Afinal, não estão defendendo um pecuarista, um conservador. Simplesmente tenho como cliente um cidadão inocente que há 10 anos vem sendo massacrado por causa desta acusação injusta".

Nos intervalos do julgamento, Siufi recebeu a solidariedade de um colega ilustre e que teve uma participação indireta neste caso. O ex-secretário de Segurança Pública, Plínio Rocha. Rocha, na condição de chefe da Casa Civil, distribuiu à imprensa (dois dias depois do crime), documento atribuindo a morte de Marçal aos ciúmes de sua ex-mu-



Edna de Souza, filha de Marçal, não acreditava na condenação

lher Aristidine Silva de Souza. Ela teria encomendado sua execução se vingando por ter sido trocada por uma mulher mais nova, Elisa Vilharva.

Na acusação

O promotor Ademar Mombum de Carvalho iniciou sua intervenção por volta das 19h. Além dele, sustentariam a acusação os advogados Luiz Eduardo Greenhalgh pela família; Michael Mary Rolan, indicada pela OAB; Vitório Constantino e Luiz Cezar Martins (ambos da Funai), além de Maucier Paulletti e Joatan Carneiro da Silva, indicados por entidades indigenistas.